



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no INQUÉRITO Nº 1.181 - DF (2017/0137230-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : CARLOS ALBERTO RICHA
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
ANTONIA LELIA NEVES SANCHES - PR085840
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : EM APURAÇÃO
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
JULIO CESAR SOARES DE SOUZA - MG107255
ADVOGADA : KARIDA COELHO MONTEIRO - DF030484
ADVOGADOS : TATIANA ALMEIDA CASTRO ALVES - DF031374
ROBERTA STÁVALE MARTINS DE CASTRO - SP299993
EMÍLIO CARLOS AFONSO BOTELHO - MG094409
NATHÁLIA FERREIRA DOS SANTOS - SP286688
VIVIANE BARBOSA LEATI - SP306675
FERNANDA DE CARVALHO BRASIEL - DF041921
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
MARCELO VIANA BARRETO - DF041957
SAMUEL RESENDE MOREIRA - MG109571
RICARDO GOULART CARDOSO - SP351410
RICARDO ARAUJO BORGES - DF044825
GRAZELLE VIEIRA DE SOUSA - DF048581
GIULIANA WIECHERS AIETA SANTORO - DF048762
LEANDRO BAETA PONZO - SP375498
HUDSON RAPHAEL GOMES DA SILVA - DF046626
LEONILDO DE SOUZA GROTA - PR085204
BIANCA GOULART CARDOSO - SP400868

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO INQUÉRITO. OMISSÃO NO ÁRETO EMBARGADO. EXISTÊNCIA. ACÓRDÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA EM FAVOR DA JUSTIÇA ELEITORAL DE PRIMEIRO GRAU NO ESTADO DO PARANÁ. INEXISTÊNCIA, POR ORA, DE INDÍCIOS DE CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO OU DE ELEMENTOS DE CONEXÃO COM A OPERAÇÃO LAVA JATO. AUSÊNCIA DE PREVENÇÃO - ATÉ A SESSÃO DE JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL PELA CORTE ESPECIAL DO STJ, EM 20/6/2018 - DO JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO PARANÁ. EVENTUAL COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA JUSTIÇA FEDERAL PARA



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIMES NÃO CONEXOS À JURISDIÇÃO ELEITORAL. LIVRE DISTRIBUIÇÃO PARA UMA DAS VÁRAS FEDERAIS COM COMPETÊNCIA CRIMINAL EM CURITIBA/PR. MANIFESTAÇÃO ORAL DO MPF NESSE SENTIDO NA SESSÃO DE JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL NA CORTE ESPECIAL, EM 20/6/2018. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PROVIDOS.

1. Embora conste na ementa a menção à inexistência - considerando-se o conjunto probatório até então produzido - de indícios da prática do crime específico de lavagem de dinheiro, a atrair a competência concorrente da 13ª Vara Federal de Curitiba, tal informação não constou expressamente do voto, o que pode gerar confusão.

2. Omissão suprida para que fique expressamente consignada no voto a inexistência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para processar eventual investigação decorrente dos fatos apurados nos presentes autos até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018.

3. Manifestação oral do MPF na sessão de julgamento do agravo regimental na Corte Especial, em 20/6/2018, no sentido da ausência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal do Paraná, opinando "pela remessa à Justiça Eleitoral para apuração dos fatos relacionados à alegada ausência de prestação de contas de valores que teriam sido entregues para as campanhas eleitorais de 2008 e 2010 e para a Justiça Federal do Paraná, para uma das varas federais de Curitiba, por livre distribuição, para a apuração da suspeita de prática de atos de fraude ao caráter competitivo de licitação".

4. Fica expressamente consignado no voto, ainda, que a apuração da prática de crimes que o Juízo Eleitoral da 177ª Zona Eleitoral de Curitiba considerar como não conexos com a jurisdição eleitoral, até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018, deve ser remetida para uma das varas federais com competência criminal de Curitiba-PR, por livre distribuição, sem prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, por não terem sido apurados, até então, indícios de crime de lavagem de dinheiro ou de outros crimes ligados à Operação Lava Jato.

5. Caso haja alteração da situação de fato ou o surgimento de novas provas durante a investigação, pode haver, igualmente, mudança da competência. Tratando-se de investigação em curso, ainda em estágio inicial, conclui-se que a definição de competência realizada por esta Corte Especial não assume contornos de definitividade, pois empreendida *rebus sic stantibus*, isto é, a partir do exame dos elementos probatórios até aquele momento agregados aos autos.

6. Embargos de declaração providos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão apontada, nos termos do voto do relator.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Nancy Andrichi, Laurita Vaz, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fisher, Humberto Martins, Luis Felipe Salomão e Raul Araújo.

Brasília, 19 de setembro de 2018(Data do Julgamento).

Ministro João Otávio de Noronha
Presidente

Ministro Og Fernandes
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no INQUÉRITO Nº 1.181 - DF (2017/0137230-5) (f)

EMBARGANTE : CARLOS ALBERTO RICHA
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
ANTONIA LELIA NEVES SANCHES - PR085840
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : EM APURAÇÃO
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
JULIO CESAR SOARES DE SOUZA - MG107255
ADVOGADA : KARIDA COELHO MONTEIRO - DF030484
ADVOGADOS : TATIANA ALMEIDA CASTRO ALVES - DF031374
ROBERTA STÁVALE MARTINS DE CASTRO - SP299993
EMÍLIO CARLOS AFONSO BOTELHO - MG094409
NATHÁLIA FERREIRA DOS SANTOS - SP286688
VIVIANE BARBOSA LEATI - SP306675
FERNANDA DE CARVALHO BRASIEL - DF041921
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
MARCELO VIANA BARRETO - DF041957
SAMUEL RESENDE MOREIRA - MG109571
RICARDO GOULART CARDOSO - SP351410
RICARDO ARAUJO BORGES - DF044825
GRAZYELLE VIEIRA DE SOUSA - DF048581
GIULIANA WIECHERS AIETA SANTORO - DF048762
LEANDRO BAETA PONZO - SP375498
HUDSON RAPHAEL GOMES DA SILVA - DF046626
LEONILDO DE SOUZA GROTA - PR085204
BIANCA GOULART CARDOSO - SP400868

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO OG FERNANDES: Trata-se de embargos de declaração contra acórdão que deu provimento a agravo regimental interposto por Carlos Alberto Richa, nos autos de inquérito a que respondia perante este Superior Tribunal de Justiça, em que se reformou decisório anterior desta relatoria "determinando o reenvio dos autos à Justiça Eleitoral de Primeiro Grau no Estado do Paraná para que examine a efetiva existência ou não de conexão com o suposto crime comum de competência da esfera federal".



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Alega o embargante, em síntese, que o acórdão em que a Corte deu provimento ao agravo regimental da defesa "possui alguns pontos omissos, que são de extrema relevância para o deslinde do feito e que, uma vez corrigidos, possuem o condão de modificar o desfecho do v. acórdão ora embargado, conforme será a seguir demonstrado" (fl. 99 do Inq. n. 1.181 - Expediente Avulso n. 1).

Tece considerações acerca de omissão do acórdão "no que tange à inexistência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para apuração de eventuais crimes comuns que não sejam conexos aos ilícitos eleitorais em tela" (fl. 99). Aduz que "nada obstante a inexistência de prevenção do I. Juízo da 13ª Vara Federal/PR para a apuração de eventuais delitos comuns que não guardassem conexão com os supostos ilícitos eleitorais tenha sido objeto de expressas manifestações orais proferidas tanto por Vossa Excelência, quanto pelo Exmo. Sr. Vice-Procurador-Geral da República, tal apontamento não restou expresso da parte dispositiva do v. acórdão" (fl. 100).

Acrescenta que "a necessidade de que tal definição conste de forma expressa do v. acórdão se faz ainda mais imperiosa diante da determinação exarada pelo I. Juízo Eleitoral da 177ª Zona Eleitoral de Curitiba (doc. n. 03) que, ao receber os autos da investigação empreendida perante a 13ª VF/PR decorrentes do Inquérito 1181, autuada como Inquérito n. 27-54.2018.6.16.0177 perante aquele I. Juízo Eleitoral, em exatos 43 minutos, definiu (i) pela inexistência de conexão entre os supostos fatos delitivos e os ilícitos eleitorais em apuração naquele I. Juízo Eleitoral e (ii) determinou o retorno do feito às 13ª VF/PR, nada obstante não haja qualquer prevenção daquele I. Juízo Federal para o processamento da investigação" (fl. 110).

Pede que sejam supridas "as omissões verificadas no r. voto-condutor do acórdão embargado, para que seja expressamente consignada a inexistência de prevenção do I. Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para processar eventual investigação decorrente dos fatos apurados nos presentes autos" (fl. 122). Requer que, sanadas as omissões, seja aplicado efeito modificativo ao acórdão embargado, nos termos requeridos.

Por fim, pede que as omissões sejam sanadas por decisão monocrática desta relatoria, com base no art. 264, § 1º, do RISTJ, e que seja facultado à defesa



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

realizar sustentação oral na sessão de julgamento dos embargos de declaração, com fulcro no art. 937 do CPC.

O Ministério Público Federal, às fls. 188-192, oferta parecer no seguinte sentido: 1) não é aplicável ao caso o disposto no art. 264, § 1º, do RISTJ, uma vez que só cabe julgamento monocrático dos embargos declaratórios nos casos em que a decisão embargada é unipessoal, devendo o recurso ser apreciado pela Corte Especial; 2) não é cabível o pedido de sustentação oral em embargos declaratórios, pois é vedado pelo art. 159, I, do RISTJ, enquanto o art. 937 do CPC, invocado pelo embargante, não inclui os embargos de declaração dentre os recursos que admitem a sustentação oral; 3) no mérito, opina pelo desprovimento dos embargos de declaração, pois não se verificam as omissões apontadas.

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no INQUÉRITO Nº 1.181 - DF (2017/0137230-5) (f)

VOTO

O SR. MINISTRO OG FERNANDES (Relator): Preliminarmente, indefiro o requerimento de que os embargos sejam julgados monocraticamente por esta relatoria, pois não é aplicável ao caso o disposto no art. 264, § 1º, do RISTJ, o qual dispõe que só cabe julgamento monocrático dos embargos declaratórios nos casos em que a decisão embargada é unipessoal, o que não é o caso do presente incidente. Deve o recurso, assim, ser apreciado pela Corte Especial.

Ato contínuo, entendo que não é cabível o pedido de sustentação oral em embargos declaratórios, por ser expressamente vedado pelo art. 159, I, do RISTJ. O art. 937 do CPC, invocado pelo embargante, não inclui os embargos de declaração dentre os recursos que admitem a sustentação oral, razão pela qual deve tal requerimento ser rejeitado.

No mérito, tenho que assiste razão ao embargante. Explico.

O ponto principal pretendido nos embargos de declaração é que conste expressamente do acórdão a inexistência de prevenção do I. Juízo da 13ª Vara Federal/PR para conduzir eventuais apurações decorrentes dos fatos constantes dos presentes autos.

Inicialmente, esta relatoria, com base em manifestação do Ministério Público Federal, declinou da competência em favor da Justiça Eleitoral de Primeiro Grau, no Estado do Paraná, bem como determinou o envio de cópia das peças que instruem o inquérito ao Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná.

Tal decisório foi objeto de agravo regimental, tendo o MPF assim se manifestado: "O Ministério Público renova seu entendimento de que deve ser mantido envio à Justiça Eleitoral de Primeiro Grau, para apuração dos fatos relacionados à alegada não prestação de contas eleitorais, de valores indicados como tendo sido entregues para as campanhas de 2008 e 2010. Entretanto, o Ministério Público RETIFICA sua opinião quanto ao Juízo Federal de destino. Entende o Ministério Público que deve haver REMESSA, PARA LIVRE DISTRIBUIÇÃO, À JUSTIÇA FEDERAL DO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PARANÁ".

Assim, a Corte Especial deu provimento ao agravo regimental "determinando o reenvio dos autos à Justiça Eleitoral de Primeiro Grau no Estado do Paraná para que examine a efetiva existência ou não de conexão com o suposto crime comum de competência da esfera federal". Isso porque os crimes comuns conexos seriam de competência da Justiça Eleitoral, enquanto os não conexos deveriam ser objeto de "compartilhamento das informações com a Justiça Federal de Curitiba, para que haja apuração em separado dos fatos".

Não ficou expresso, entretanto, nesse trecho do voto, se os eventuais crimes não conexos com a Justiça Eleitoral seriam investigados pela 13ª VF/PR ou por livre distribuição entre os juízos competentes da Justiça Federal de Curitiba.

Por outro lado, na ementa do referido voto constou: "INEXISTÊNCIA, POR ORA, DE ELEMENTOS DE CONEXÃO COM EVENTUAL CRIME COMUM E DE INDÍCIOS DE CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO, CAPAZES DE ATRAIR A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA JUSTIÇA FEDERAL." (grifos acrescidos).
Constou ainda o seguinte trecho, esclarecedor para o ponto controvertido nesses embargos de declaração:

2. O *Parquet* federal, através de nova e motivada manifestação, em que retifica o pedido formulado anteriormente, deixou evidenciado que **não existem, ao menos nessa fase da investigação, elementos objetivos de conexão entre os supostos crimes eleitorais cometidos pelo ex-Governador do Estado do Paraná, e eventuais delitos de competência da Justiça comum. Tampouco se extrai do conjunto probatório até então produzido indícios da prática do crime específico de Lavagem de Dinheiro, a atrair a competência concorrente da 13ª Vara Federal de Curitiba.** 3. Nos termos do art. 35, II, do Código Eleitoral, compete aos juízes eleitorais processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais. 4. **Diante disso, compete à Justiça Eleitoral de Primeiro Grau do Estado do Paraná apurar a possível prática de crimes eleitorais pelo Ex-Governador deste Estado, competindo a esta mesma jurisdição, nos termos do art. 35 do CE, averiguar se existem eventuais indícios de crimes comuns a serem atribuídos ao investigado, bem como sobre a ocorrência de conexão ou não destes com os eventuais crimes eleitorais, de forma a determinar, se for o caso e assim entender, o compartilhamento das informações com a Justiça**



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Federal de Curitiba, para que haja apuração em separado dos fatos.
(grifos acrescidos)

Assim, percebe-se que a Corte Especial julgou pela inexistência, por ora, de elementos de conexão com eventual crime comum e de indícios de crime de lavagem de dinheiro, capazes de atrair a competência concorrente da justiça federal.

Importante frisar-se a expressão "por ora", indicando que, em se tratando de uma investigação em curso, é possível que surjam posteriormente fatos novos, por ora desconhecidos, a justificar novos exames sobre a competência.

O que a Corte Especial decidiu foi que, *até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018*, não há elementos na investigação que justifiquem a prevenção da 13ª Vara Federal do Paraná no presente feito, por não existirem indícios de crime de lavagem de dinheiro, ou de outros crimes ligados à Operação Lava Jato. Repita-se: caso haja da situação de fato ou o surgimento de novas provas durante a investigação, pode haver, igualmente, mudança da competência. Como bem argumentou o MPF, à fl. 191: "Tratando-se de investigação em curso, ainda em estágio inicial, sem estabilização da moldura fática sobre a qual deverá incidir o juízo de adequação típica a ser oportunamente exercido pelo órgão constitucionalmente legitimado ao exercício da *opinio delicti*, conclui-se que a definição de competência realizada por essa Corte Especial não assume contornos de definitividade, pois empreendida *rebus sic stantibus*, isto é, a partir do exame dos elementos probatórios até aquele momento agregados aos autos".

A propósito, o MPF, às fls. 189-190, lembrou que, por ocasião do julgamento do agravo regimental, ocorrido em 20/6/2018, manifestou-se oralmente "pelo provimento do recurso para que os autos fossem enviados tanto à Justiça Eleitoral (apuração dos delitos eleitorais) quanto à Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná - nesta, mediante livre distribuição (apuração de crime comum de competência federal), ocasião em que **enfatizou a ausência de prevenção do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba**" (grifos no original).

De fato, a manifestação oral do MPF foi no sentido de ausência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal do Paraná, opinando "pela remessa à Justiça



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Eleitoral para apuração dos fatos relacionados à alegada ausência de prestação de contas de valores que teriam sido entregues para as campanhas eleitorais de 2008 e 2010 e para a Justiça Federal do Paraná, para uma das varas federais de Curitiba, por livre distribuição, para a apuração da suspeita de prática de atos de fraude ao caráter competitivo de licitação" (fl. 125).

Em voto oral, aduzi: "A mim, e nesse momento, ainda não resta muito claro, porque ainda em fase de investigação, se essa conexão existe ou não existe. Se existente, apoiaria a competência exclusiva da justiça eleitoral no Paraná, se não existente, mais ou menos na linha do que foi dito pelo Subprocurador, a separação dos fatos" (fl. 126 - grifos acrescentados).

Nos debates, a inexistência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal do Paraná, até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018, fica mais clara. Vejamos:

MINISTRO (NÃO IDENTIFICADO): Ministra eu quero fazer uma pergunta, um esclarecimento do relator... o que Vossa Excelência tá decidindo é o seguinte: não tô mandando nada pra 13ª...

MINISTRO OG: Estou determinando o contrário, que ela remeta para a Justiça Eleitoral.

[...].

MINISTRO (NÃO IDENTIFICADO): Não tem mais nada a ver com a 13ª então?

MINISTRO OG: Nesse momento não. (grifos acrescentados)

Conclui-se que, embora conste na ementa a menção à inexistência - considerando-se o conjunto probatório até então produzido - de indícios da prática do crime específico de lavagem de dinheiro, a atrair a competência concorrente da 13ª Vara Federal de Curitiba, tal informação não constou expressamente do voto, o que pode gerar confusão.

Portanto, dou provimento aos embargos de declaração, sem efeitos infringentes, a fim de sanar a omissão parcial verificada no voto-condutor do acórdão



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

embargado, para que fique expressamente consignada a inexistência de prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para processar eventual investigação decorrente dos fatos apurados nos presentes autos, até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018. Fica expressamente consignado no voto, portanto, que a apuração da prática de crimes eleitorais e conexos é de competência do Juízo Eleitoral da 177ª Zona Eleitoral de Curitiba, e a investigação dos fatos que o referido Juízo considerar como não conexos com a jurisdição eleitoral, até o momento do julgamento do agravo regimental pela Corte Especial, na sessão de 20/6/2018, deve ser remetida para uma das varas federais com competência criminal de Curitiba-PR, por livre distribuição, sem prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, por não terem sido apurados, até então, indícios de crime de lavagem de dinheiro ou de outros crimes ligados à Operação Lava Jato.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2017/0137230-5

EDcl no
Inq 1.181 / DF
MATÉRIA CRIMINAL

PAUTA: 19/09/2018

JULGADO: 19/09/2018
SEGREDO DE JUSTIÇA

Relator

Exmo. Sr. Ministro **OG FERNANDES**

Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro : **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **MARIA CAETANA CINTRA SANTOS**

Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : EM APURAÇÃO
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRÉ LUIZ GERHEIM - DF030519
JULIO CESAR SOARES DE SOUZA - MG107255
ADVOGADA : KARIDA COELHO MONTEIRO - DF030484
ADVOGADOS : TATIANA ALMEIDA CASTRO ALVES - DF031374
ROBERTA STÁVALE MARTINS DE CASTRO - SP299993
EMÍLIO CARLOS AFONSO BOTELHO - MG094409
NATHÁLIA FERREIRA DOS SANTOS - SP286688
VIVIANE BARBOSA LEATI - SP306675
FERNANDA DE CARVALHO BRASIEL - DF041921
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
MARCELO VIANA BARRETO - DF041957
SAMUEL RESENDE MOREIRA - MG109571
RICARDO GOULART CARDOSO - SP351410
RICARDO ARAUJO BORGES - DF044825
GRAZYELLE VIEIRA DE SOUSA - DF048581
GIULIANA WIECHERS AIETA SANTORO - DF048762
LEANDRO BAETA PONZO - SP375498
HUDSON RAPHAEL GOMES DA SILVA - DF046626
LEONILDO DE SOUZA GROTA - PR085204
BIANCA GOULART CARDOSO - SP400868

ASSUNTO: DIREITO PENAL



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE : CARLOS ALBERTO RICHA
ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
ANTONIA LELIA NEVES SANCHES - PR085840

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : EM APURAÇÃO

ADVOGADO : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008
ADVOGADOS : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519
JULIO CESAR SOARES DE SOUZA - MG107255

ADVOGADA : KARIDA COELHO MONTEIRO - DF030484
ADVOGADOS : TATIANA ALMEIDA CASTRO ALVES - DF031374
ROBERTA STÁVALE MARTINS DE CASTRO - SP299993
EMÍLIO CARLOS AFONSO BOTELHO - MG094409
NATHÁLIA FERREIRA DOS SANTOS - SP286688
VIVIANE BARBOSA LEATI - SP306675
FERNANDA DE CARVALHO BRASIEL - DF041921
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023
MARCELO VIANA BARRETO - DF041957
SAMUEL RESENDE MOREIRA - MG109571
RICARDO GOULART CARDOSO - SP351410
RICARDO ARAUJO BORGES - DF044825
GRAZYELLE VIEIRA DE SOUSA - DF048581
GIULIANA WIECHERS AIETA SANTORO - DF048762
LEANDRO BAETA PONZO - SP375498
HUDSON RAPHAEL GOMES DA SILVA - DF046626
LEONILDO DE SOUZA GROTA - PR085204
BIANCA GOULART CARDOSO - SP400868

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Corte Especial, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Laurita Vaz, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fisher, Humberto Martins, Luis Felipe Salomão e Raul Araújo.